

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 129

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE OUTUBRO DE 1998
(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata e do Termo de Ata das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 1803/98, do Senhor Procurador Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/204 e 292/98, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei nºs 436/97 de autoria do Deputado Walmor Trentini e, nº 744/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, respectivamente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/294/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 516/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/205, 206, 207, 208, 212, 213, 248, 249, 250, 293, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 359, 360, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 368 e 369/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Leis nºs:

352/97 - De autoria do Deputado Duílio Genari, que cria no Município de Toledo, o Escritório Regional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.179. **Anote-se. Arquite-se.**

557/96 - De autoria do Deputado Edno Guimarães, que cria no Município de Terra Boa, a CIRETRAN, Circunscrição Regional de Trânsito, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.180. **Anote-se. Arquite-se.**

574/96 - De autoria do Deputado Edno Guimarães, que cria Município de Icaraíma, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.181. **Anote-se. Arquite-se.**

652/97 - De autoria do Deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a instalar Centros de Atendimento Especializado de Odontologia, para pessoas portadoras de deficiência nas Regionais de Saúde do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.182. **Anote-se. Arquite-se.**

018/98 - De autoria do Deputado Cesar Silvestri, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Marino Pereira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.186. **Anote-se. Arquivo-se.**

068/98 - De autoria do Deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Clevelandense de Idosos, com sede e foro na Comarca de Clevelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.187. **Anote-se. Arquivo-se.**

062/98 - De autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Adelar Bertussi, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.219. **Anote-se. Arquivo-se.**

070/98 - De autoria do Deputado Reny Borsato, que declara de Utilidade Pública a Casa da Criança de Santana do Itararé, com sede e foro no Município de Santana do Itararé, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.220. **Anote-se. Arquivo-se.**

086/98 - De autoria do Deputado Reny Borsato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no Município de Santana do Itararé, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.221. **Anote-se. Arquivo-se.**

197/97 - De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo edificar, no Município de Telêmaco Borba, a primeira Delegacia da Mulher, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.316. **Anote-se. Arquivo-se.**

144/98 - De autoria do Deputado Joel Coimbra, que dispõe sobre transferência de alunos, para Instituições Estaduais de Ensino Superior, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.256. **Anote-se. Arquivo-se.**

108/98 - De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Cornélio Procópio, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.257. **Anote-se. Arquivo-se.**

019/98 - De autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Escola de Esporte Atletismo Bairro Alto - EEABA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.270. **Anote-se. Arquivo-se.**

021/98 - De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fenilcetonúricos e Hemocistinúricos, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.271. **Anote-se. Arquivo-se.**

035/98 - De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.275. **Anote-se. Arquivo-se.**

048/98 - De autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim São Roque, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.277. **Anote-se. Arquivo-se.**

103/98 - De autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro no Município de Doutor Camargo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.278. **Anote-se. Arquivo-se.**

411/96 - De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural Patronal de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.282. **Anote-se. Arquivo-se.**

542/97: De autoria do Deputado Beto Richa, que denomina Estrada Mauri Franzoloso, o trecho da PR-506 que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.285. **Anote-se. Arquivo-se.**

681/97: De autoria do Deputado Júlio Ando, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Ikebana Ohara-Ryu, com sede e foro no Município de Londrina o qual convertido em Lei tomou o nº 12.290. **Anote-se. Arquivo-se.**

682/97: De autoria do Deputado Júlio Ando, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Apoio Integrado Pró-Iguaçu-NAIPI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.291. **Anote-se. Arquivo-se.**

056/98: De autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Artesões - AMARA, com sede e foro no Município de Atalaia, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.293. **Anote-se. Arquivo-se.**

047/98: De autoria do Deputado Sérgio Spada, que declara de Utilidade Pública a Associação TV Comunitária e Educativa de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.294. **Anote-se. Arquivo-se.**

065/98: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a proceder a permuta dos imóveis que especifica, situados na Comarca de Cidade Gaúcha, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.295. **Anote-se. Arquivo-se.**

078/97: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que dispõe que fica obrigatória a inscrição da frase “VALORIZE A VIDA, DIZENDO NÃO ÀS DROGAS” em todos os materiais escolares a serem utilizados nas escolas de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.296. **Anote-se. Arquivo-se.**

091/98: De autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera o art. 1º da Lei nº 11.880/97, para declarar de Utilidade Pública o Serviço Social do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SECONCI-PR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.297. **Anote-se. Arquivo-se.**

114/98: De autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Ecologia e Biodiversidade do Brasil - IEBI, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.299. **Anote-se. Arquivo-se.**

167/98: De autoria do Deputado José Tavares, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao Município de Astorga, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.301. **Anote-se. Arquivo-se.**

187/98: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Serra Negra, com sede e foro no Município de Guaraqueçaba, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.303. **Anote-se. Arquivo-se.**

193/98: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Projeto Plantão Sorriso do Hospital Universitário, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.304. **Anote-se. Arquivo-se.**

196/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Fundação

de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.305. **Anote-se. Arquivo-se.**

197/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Banco da Mulher - Seção Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.306. **Anote-se. Arquivo-se.**

199/98: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Linha Alegria, com sede e foro na Cidade de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.307. **Anote-se. Arquivo-se.**

201/98: De autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Floresta, com foro no Município de Maringá e sede na Cidade de Floresta, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.308. **Anote-se. Arquivo-se.**

211/98: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Ronaldo Antônio Botelho, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.310. **Anote-se. Arquivo-se.**

510/98: De autoria do Deputado Toti Colaço, que institui o dia 1º de outubro de cada ano, o Dia do Vereador no âmbito do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.312. **Anote-se. Arquivo-se.**

566/97: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que denomina Penitenciária Estadual Promotor Homero Neves Arruda, a Penitenciária Estadual de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.313. **Anote-se. Arquivo-se.**

685/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina Rodovia Manoel da Rocha Oliveira, a Rodovia PR-158, no trecho que especifica, no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.314. **Anote-se. Arquivo-se.**

045/98: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia, a Vila Rural localizada no distrito de Mandiocaba, Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.315. **Anote-se. Arquivo-se.**

336/98: De autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que institui na estrutura da SEJU, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.317. **Anote-se. Archive-se.**

372/97: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Santa Helena, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.313. **Anote-se. Archive-se.**

072/98: De autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sengés, parte do imóvel que especifica, localizado na Cidade de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.319. **Anote-se. Archive-se.**

330/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o § 1º, do art. 38, da Lei nº 11.580/96 (ICMS), e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.321. **Anote-se. Archive-se.**

304/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que determina que na ocorrência de desmembramento de municípios, os serviços municipais de transporte coletivo de passageiros que estavam em operação entre o município-mãe e o município recém-criado, deverão ser regularizados como serviços de transporte intermunicipais de passageiros, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.322. **Anote-se. Archive-se.**

094/98: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que destina 50% dos recursos líquidos obtidos pela nova modalidade lotérica denominada Vídeo Loteria, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.323. **Anote-se. Archive-se.**

216/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Luz do Oriente, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.324. **Anote-se. Archive-se.**

227/98: De autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Nova Cantu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.325. **Anote-se. Archive-se.**

237/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Canelão, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.326. **Anote-se. Archive-se.**

502/97: De autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.327. **Anote-se. Archive-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/362/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 335/98, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Mensagens:

MENSAGEM Nº 044/98

Curitiba, 16.09.98.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 66, inciso II, combinado com o art. 87, inciso IV, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a inclusão das funções de Bioquímico Plantonista, Cirurgião Dentista Plantonista, Médico Plantonista e Médico Veterinário Plantonista, no Cargo Único de Agente Universitário, da Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES), de que trata o Anexo II, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

O Plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Administração e demais órgãos da área, conforme consta de processo protocolado sob nº 3.724.646-8/98.

A medida em causa, configurada como indiscutivelmente justa, oportuna e necessária, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, tendo em vista que ensinará condições no sentido de que as instituições de Ensino Superior, adotando a figura dos "servidores plantonistas", possam otimizar expressivamente suas atividades, mantendo determinadas funções em regime de funcionamento ininterrupto.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os

meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam incluídas as Funções de Bioquímico Plantonista, Cirurgião Dentista Plantonista, Médico Plantonista e Médico Veterinário Plantonista, no Cargo Único de Agente Universitário da Carreira do Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior (IES) de que dispõe o Anexo II da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997.

Parágrafo Único - As Funções dispostas no “caput” deste artigo serão exercidas, sob a forma de plantões, por profissionais regularmente habilita-

dos nos termos da legislação em vigor, com as atribuições e requisitos estabelecidos no Anexo I desta lei.

Art. 2º - O plantão terá duração de 12 (doze) horas consecutivas.

Parágrafo Único - Ficam limitados a 12 (doze) o número de plantões mensais, observadas as disposições legais.

Art. 3º - Os valores dos plantões dispostos no artigo 1º desta lei serão constantes da Tabela abaixo, devendo ser reajustados pelos mesmos índices concedidos aos demais servidores das IES:

VALOR POR PLANTÃO										
CLASSE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
IX	130,24	134,80	139,52	144,40	149,45	154,68	160,10	165,70	171,50	177,50
CLASSE	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
IX	183,72	190,15	196,80	203,69	210,82	218,20	225,83	233,74	241,92	250,39

Art. 4º - Os atuais servidores das IES que exercem as Funções estabelecidas no art. 1º desta lei serão enquadrados com todos os efeitos legais da

Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, sem efeito financeiro, da forma seguinte:

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CLASSE/NÍVEL			CLASSE	REFERÊNCIA	VALOR POR PLANTÃO
P3-1			IX	A	130,24
P3-2			IX	B	134,80
P3-3			IX	C	139,52
P3-4			IX	D	144,40
P2-1	P3-5		IX	E	149,45
P2-2	P3-6		IX	F	154,68
P2-3			IX	G	160,10
P3-7	P2-4		IX	H	165,70
P2-5	P3-8	P1-1	IX	I	171,50
P3-9		P1-2	IX	J	177,50
P2-6	P3-10	P1-3	IX	K	183,72
P2-7	P3-11		IX	L	190,15

P2-8	P1-4		IX	M	196,80
P2-9	P1-5		IX	N	203,69
P2-10	P1-6		IX	O	210,82
P1-7	P2-11		IX	P	218,20
P1-8			IX	Q	225,83
P1-9			IX	R	233,74
P1-10			IX	S	241,92
P1-11			IX	T	250,39

Art. 5º - Os ocupantes das Funções estabelecidas no artigo 1º desta lei, serão aposentados com os proventos calculados com base na média do número de plantões efetuados nos últimos 48 (quarenta e oito) meses.

Parágrafo único - No caso de aposentadoria de servidores com menos de 48 (quarenta e oito) meses de exercício da função de plantonista, os proventos serão calculados com base na média do número de plantões nos meses efetivamente trabalhados, desde que cumprido, no mínimo, o período de estágio probatório, na respectiva função.

Art. 6º - Fica instituída a Gratificação por Plantão ao Professor Superior da IES que realizar plantões nas especialidades profissionais de Bio-

químico, Cirurgião Dentista, Médico e Médico Veterinário, obedecidas as disposições da presente lei.

§1º - O Plantão terá duração de 12 (doze) horas consecutivas, devendo ser exercido sem prejuízo das atividades didáticas, não podendo haver superposição de remuneração.

§2º - Ficam limitados a 12 (doze) o número de plantões mensais, observadas as disposições legais.

Art.7º - Os valores das Gratificações por plantões efetivamente exercidos, de que trata o artigo 6º da presente lei, serão de acordo com as classes e níveis dos professores, conforme a seguinte Tabela e deverão ser reajustados pelos mesmos índices concedidos aos demais servidores do IES:

**VALOR POR PLANTÃO
CLASSE**

NÍVEL	AUXILIAR	ASSISTENTE	ADJUNTO	ASSOCIADO	TITULAR
A	169,31	195,95	232,70	269,31	-
B	176,09	203,79	242,01	277,38	-
C	176,09	203,79	242,01	285,70	-
D	183,13	211,94	251,69	-	325,70

Parágrafo Único - A Gratificação por Plantão integrará os proventos de aposentadoria do Professor de Ensino Superior das IES, desde que percebida à época da aposentadoria, por um período não inferior a 04 (quatro) anos consecutivos ou 06 (seis) anos alternados, calculada apurando-se a média dos últimos 04 (quatro) anos.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

(Art. 1º, Parágrafo Único)

Cargo: AGENTE UNIVERSITÁRIO
Função: BIOQUÍMICO PLANTONISTA
Cód. C09001

Descrição das Atividades

* Fazer análises de exsudatos e transudatos humanos, como sangue e urina, valendo-se de diversas técnicas específicas.

* Fazer análise de exsudatos e transudatos humanos, como sangue, urina, fezes, liquor e out-

ros, valendo-se de diversas técnicas específicas, para complementar o diagnóstico de doenças.

* Proceder e analisar resultados de soros controles e soluções controladoras que possibilitam avaliar a qualidade dos resultados das análises biológicas.

* Executar outras tarefas correlatas.

Requisitos

Escolaridade:

Curso Superior em Farmácia com habilitação em Bioquímica e registro no Conselho ou Órgão competente.

Experiência:

Não exigida.

Jornada Semanal:

Plantões.

Cargo: AGENTE UNIVERSITÁRIO

Função: CIRURGIÃO DENTISTA PLANTONISTA
Cód. C09002

Descrição das Atividades

* Examinar, identificar e tratar clínica e/ou cirurgicamente afecções dos dentes e tecidos de suporte, nos casos de urgência odontológica.

* Analisar e interpretar resultados de exames ra-diográficos e laboratoriais para complementação de diagnóstico.

* Manter o registro de pacientes atendidos, anotando a conclusão do diagnóstico, tratamento e evolução da afecção para orientação terapêutica adequada.

* Prescrever e administrar medicamentos.

* Orientar e encaminhar para tratamento especializado.

* Executar outras tarefas correlatas.

Requisitos

Escolaridade:

Curso Superior em Odontologia e registro no Conselho ou Órgão competente.

Experiência:

Não exigida.

Jornada Semanal:

Plantões.

Cargo: AGENTE UNIVERSITÁRIO

Função: MÉDICO PLANTONISTA
Cód. C09003

Descrição das Atividades

* Fazer anamnese, exame físico e seguimento dos pacientes.

* Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica.

* Solicitar exames complementares e/ou pedidos de consulta.

* Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais.

* Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito.

* Participar na execução dos programas de atendimento, ensino e pesquisa médica e da equipe multiprofissional.

* Participar na orientação e acompanhamento aos acadêmicos dos cursos da área de saúde.

* Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhoria da assistência global.

* Cumprir normas e regulamentos do Hospital.

* Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico.

* Realizar procedimentos específicos de diagnóstico e tratamento pertinentes a sua área de atuação.

* Executar outras tarefas correlatas.

Requisitos

Escolaridade:

Curso Superior em Medicina e registro no Conselho ou Órgão competente.

Experiência:

Residência médica concluída.

Jornada Semanal:

Plantões.

Cargo: AGENTE UNIVERSITÁRIO

Função: MÉDICO VETERINÁRIO PLANTONISTA
Cód. C09004

Descrição das Atividades

* Planejar, orientar e supervisionar a manutenção de linhagens e/ou famílias de animais.

* Desenvolver e executar programas de reprodução, nutrição e higiene sanitária.

* Prover o melhoramento das espécies animais e fixar caracteres adequados às atividades de entidade.

* Orientar os técnicos laboratoriais quanto a coleta, análise anatopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica.

* Realizar exames clínicos e diagnósticos fazendo uso de coleta de material, sacrifício animal, necropsia e exames de laboratório.

* Prescrever e efetuar tratamento dos animais e promover a profilaxia.

* Efetuar controle epidemiológico dos animais e de zoonoses.

* Supervisar os animais internados promovendo o pronto-atendimento de suas necessidades enquanto pacientes do hospital.

* Executar outras tarefas correlatas.

Requisitos

Escolaridade:

Curso Superior em Medicina Veterinária e registro no Conselho ou Órgão competente.

Experiência:

Não exigida.

Jornada Semanal:

Plantões.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 45/98

Curitiba, 28 de setembro de 1998.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Excelentíssimos Senhores Deputados:

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa agrégia Assembléia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1999, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei nº 12.214 de 10 de julho de 1998 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 1999).

As propostas orçamentárias dos Órgãos/ Unidades do Estado estão compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999 e com os Programas de Governo.

Constituem prioridades no Governo Estadual a continuidade das ações que visem:

I - a industrialização do Estado para torná-lo menos dependente do setor primário;

II - o investimento para melhoria da qualidade de vida, da qualificação de recursos humanos e da infra-estrutura do Estado, assegurando políticas convergentes nas áreas do meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia;

III - a melhoria no atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, segurança, habitação, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de emprego e de renda;

IV - a efetividade na gestão pública, com a otimização do uso dos recursos públicos no contexto de equilíbrio financeiro do Estado.

O presente Anteprojeto de Lei compõem-se dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

A Receita Total compreendendo as receitas de recolhimento centralizado e as receitas próprias de recolhimento descentralizado, está estimada em R\$ 9.379.380.210,00 (nove bilhões, trezentos e setenta e nove milhões, trezentos e oitenta mil, duzentos e dez reais), a preço de 1º de julho de 1998, conforme a seguir especificada:

RECEITA	VALOR (R\$ 1,00)
1. RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO	7.460.776.950
2. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDAÇÃO E FUNDOS	1.164.090.330
3. RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO)	754.512.930
TOTAL DA RECEITA	9.379.380.210

Tais receitas foram programadas para atender as despesas dos orçamentos abaixo

especificados, em consonância com as normas legais vigentes:

ORÇAMENTOS	VALOR (R\$ 1,00)
1. ORÇAMENTOS FISCAL E PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	8.624.867.280

ORÇAMENTOS	VALOR (R\$ 1,00)
2. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (EXCLUINDO AS TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO)	754.512.930

O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista apresenta de transferências do Tesouro Estadual R\$ 326.903.280,00 (trezentos e vinte e seis milhões, novecentos e três mil, duzentos e oitenta reais) o que implica em um total deste Orçamento de Investimento, na ordem de R\$ 1.081.416.210,00 (um bilhão, oitenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil, duzentos e dez reais).

Os anexos que fazem parte deste Anteprojeto de Lei contém detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo, bem como informações da situação econômica e financeira do Estado, através da Exposição Justificativa.

As estimativas de receita e despesa para o exercício de 1999, que foram calculadas a preços de 1º de julho de 1998, poderão ser corrigidas antes do início da execução orçamentária, pela previsão do índice de atualização monetária no período compreendido entre julho a dezembro de 1998.

O Poder Executivo ficará a disposição, através da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 354/98, que concede título de cidadão benemérito do Paraná ao Senhor Rogério P.Barcellar.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 1560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Pesar pelo faleci-

mento do Senhor Paulo Ramos, ocorrido no dia 14 de setembro, do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência, através de correspondência a ser encaminhada, a viúva Senhora Isabel Venancio Ramos, na AV. Matos Leão, s/nº, CEP 86860-000, Jardim Alegre/Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Pesar pelo falecimento do Sra. Paulina França do Nascimento Pereira, ocorrido em 06.10.98, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 82 anos faleceu a Sra. Paulina França do Nascimento Pereira, que era viúva de Jurandir Siqueira Pareira.

A extinta deixou 3 filhos, 13 netos e 16 bisnetos.

O passamento de D.Paulina veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades dentre elas este Deputado.

O destino privou seus familiares de seu convívio entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua Serva Paulina.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Pois, Dona Paulina que ao longo desses 82 anos de idade, 40 dedicados ao trabalho como funcionária pública da Secretaria de Estado da Saúde, jamais será esquecida por todos aqueles que mereceram sempre sua habitual atenção.

Será grande o céu e a paz sobre Paulina França do Nascimento Pereira e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família

Nascimento Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao município de Ponta Grossa, pela comemoração de seus 175 anos de emancipação política.

Município centro da Região dos Campos Gerais, nesse tempo de existência, muito contribuiu e com certeza, ainda muito contribuirá para o crescimento e desenvolvimento de nosso Estado. Este mérito é de todos os pontagrossenses, que com seu trabalho e sua vontade fizeram do município em exemplo de progresso e qualidade de vida.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de Louvor e Congratulações para com o artista plástico Alberto Massuda, pela magnífica exposição de pinturas e desenhos onde comemora os “40 anos do artista no Brasil”.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José de Alencar nº 120 apartamento 2303, Alto da XV- CEP 80.050-000.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações, alusivos a sua posse na Presidência da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência, através de correspondência a ser encaminhada a Rua São Joaquim, 400 - Bairro Jardim Botânico, CEP.: 80.210-330, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, o envio de Voto de Congratulações, a TV Paranaense, pela conquista do Prêmio Desempenho de 1.998, conferido pela Fundação Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos, com sede na Bahia, que realizou grande pesquisa no setor de comunicação do País. Sob a competente administração do jornalista Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, a empresa Paranaense tem como marca registrada o pioneirismo, acompanhado dos avanços tecnológicos no setor, que resultam na melhora da qualidade jornalística da instituição, trazida até seu público, conforme constatou o jornal O Diário Popular do dia 13 de setembro, e que tem como Diretor Presidente. o Jornalista Dr. Abdo Aref Kudri, através de matéria intitulada: “TV Paranaense ganha Prêmio Nacional”.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, bem como ao Dr. Abdo Aref Dudri.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Antonio Olinto, pela passagem do seu 37º aniversário de emancipação política em 24.10.98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Ambrósio Soares da Veiga, Prefeito Municipal, ao Senhor vice-Prefeito, Celso Rodrigues Siqueira bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande orgulho que toda a população de Antonio Olinto irá comemorar seus 37 anos de emancipação política no próximo dia 24 de outubro.

A Administração Municipal sempre contando com o prestimoso apoio e colaboração de toda a comunidade vem desenvolvendo eficiente trabalho em prol do constante progresso do Município.

Com esta proposição parabenizamos a laboriosa e ordeira população de Antonio Olinto que con-

tinua dando o melhor de seus esforços para garantir um futuro promissor aos seus filhos.

Que o município prospere produzindo frutos, são os votos sinceros deste Parlamentar, para galardão de seus administradores e felicidade de toda a sua população.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por nosso intermédio congratula-se com todos os munícipes na data magna da comemoração de mais um aniversário.

REQUERIMENTO Nº 1578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e Soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, Votos de Louvor e Congratulações, para com o Senhor Pedro Borges "Cabo Borges", pelo excelente trabalho que vem realizando ao longo dos dezesseis anos dedicados à educação infanto-juvenil, visando a melhoria da qualidade de vida no trânsito.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Professora Antonia Reginato Vianna nº 411 - Capão da Imbuia - CEP.: 82.810-300 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, Votos de Louvor e Congratulações, para com a Senhora Sheila Elias Ribeiro, pelos relevantes serviços prestados à educação.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Manoel Ribas nº 728 apto. 402 - CEP.: 80510-020 - Mercês - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 1582

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Votos de Congratulações à Rádio Cornélio Procópio, que no dia 16 de setembro comemorou 50 anos no ar.

A ZYR-5 Rádio Sociedade Norte do Paraná, hoje Rádio Cornélio Procópio, foi fundada no auge da cafeicultura paranaense, em 1.948, por Epaminon

dos Santos, então diretor da Rádio PR B2, de Curitiba.

A primeira voz transmitida foi a da Professora Mercedes Pavani, que com o pseudônimo "Regina Marcia" passou a apresentar o programa "Ave Maria".

Anos depois, já instalada na Avenida XV de Novembro, em um prédio alugado, mas preparado com auditório e palco, a ZYR-5 iniciou os programas de calouros, rodeio caipira, momento da poesia e teatrinhos da garotada, aos sábados e domingos.

Em 1956, a ZYR-5 passou a fazer parte das "Emissoras Coligadas", rede de 32 emissoras que tinha como base a programação da Rádio São Paulo, a pioneira no Brasil em rádio novela.

Em 1.969 a emissora adquiriu sede própria e passou a ser dirigida pela família Brevilheri. A manutenção da rádio era possível graças a ajuda da comunidade.

A emissora foi escola para locutores que hoje são destaques nacionais, como Adelsão Alves, locutor da Rádio Globo, e Hélio Claudino, locutor esportivo da Record.

A Rádio Cornélio Procópio foi uma emissora pioneira do Norte do Estado do Paraná, sempre apresentando um jornalismo brilhante, participativo e independente que tem sido feito pela família Brevilheri.

Por ser testemunha do alcance e da penetração do trabalho desenvolvido junto à opinião pública da Região do Norte Pioneiro que apresentamos esta proposição e solicitamos que seja dado ciência ao Senhor Waurides Brevilheri - Diretor Presidente da Rádio Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO Nº 1584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, Voto de Louvor, ao Senhor José Pereira de Almeida, pelos cinquenta anos de Pastorado, e pelos relevantes serviços prestados a comunidade, durante este período.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado, sito à rua: Cuiabá, 1773 - Jd. Maria de Fátima, Caixa Postal 031 - CEP: 85.806-970, no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.10.98

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor, José Pereira de Almeida, para o qual proponho Voto de Louvor, é natural de Guaranésia, Estado de Minas Gerais, nascido em

05.10.26, residente e domiciliado neste Estado desde 1951, casado, com a Senhora Zenira Francisca de Almeida, com quem teve cinco filhos, Neuza, Eunice, Rafael, Misael e Eliezer Pereira de Almeida, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 13.05.64.

O Pastor José Pereira de Almeida, há vários anos é uma pessoa atuante, no meio evangélico, e dirigiu diversas igrejas, em diversas cidades neste Estado, tais como: Astorga, Cruzeiro do Oeste, Umuarama e Cascavel, onde é Pastor-presidente atualmente.

Além das atividades eclesiais, Pastor José Pereira de Almeida, também dedicou sua vida organizando e presidindo diversas instituições de caráter assistencial, educacional e cultural, sempre procurando atender da melhor forma possível, àqueles menos favorecidos, não só da sua denominação, mas da comunidade como um todo, abdicando-se inclusive, das suas atividades comerciais, para dedicar-se exclusivamente à esta missão.

O Pastor José Pereira, foi presidente da Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas no Estado do Paraná por várias gestões, é presidente da Confederação Evangélica de Assistência Social no Estado do Paraná, presidente da 5ª Região Eclesiástica das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, e presidente da Assistência Social Evangélica da Cidade de Cascavel.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor José Pereira de Almeida, reconhecendo que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, e portanto, merecedor do presente Voto de Louvor, que ora proponho.

REQUERIMENTO Nº 1588

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito Aplauso ao casal Nelson Moro Conke e Tania Mara Brand Conke, que completa 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo

intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.10.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1589

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito Aplauso ao casal Joaquim Inácio Mayer e Noemia de Souza Mayer, que completa 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal o Diário Popular do dia 13 de setembro do corrente, representado na pessoa de seu Diretor presidente, o ilustre Jornalista Abdo Aref Kudri, intitulada de "TV Paranaense ganha prêmio nacional", conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Dr. Abdo Aref Kudri, Rua XV de Novembro, 1.190, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 397/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a permuta do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, denominado Data de Terras de nº 07 (sete), da Quadra nº 60 (sessenta), da Cidade de Altônia-PR, contendo uma casa de madeira medindo 181,42 m², objeto da matrícula nº 1.486 do Registro de Imóveis da Comarca de Xambrê-PR, destinada para residência do Juiz de Direito da Comarca de Altônia-PR, pelo imóvel denominado Data de Terras de nº 18 (dezoito) da Quadra nº 58 (cinquenta e oito) da Cidade de Altônia-PR, contendo uma casa de alvenaria medindo 200,00 m² | 22, objeto da matrícula nº 2.741 do Registro de Imóveis de Altônia-PR.

Art. 2º - O imóvel objeto da permuta que trata esta lei, continuará a ser destinada como residência do Juiz de Direito da Comarca de Altônia-PR.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) **BASÍLIO ZANUSSO**

JUSTIFICATIVA:

A permuta se dará em razão das precárias condições da residência de madeira do Senhor Juiz de Direito, fazendo com que os magistrados nomeados para a Comarca de Altônia, não demonstrem interesse em permanecer na cidade, o imóvel a ser adquirido objeto da permuta, oferece o devido conforto, além da localização privilegiada, estimulando futuros juizes a permanecerem mais tempo na comarca. Quanto a diferença financeira da permuta avaliada em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) será pago pelos Municípios de Altônia e São Jorge do Patrocínio, nas proporções de 66,6% e 33,4%, respectivamente, não ocorrendo ônus para o Governo do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 398/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o "Programa Gratuito de Vacinação Antipneumocócica e Antigripal" no Sistema Público Estadual de Saúde para idosos acima de 60 anos no combate a gripe e a pneumonia.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) **EDUARDO TREVISAN**

JUSTIFICATIVA:

No mundo inteiro há a mentalidade de que a vacina é coisa de criança. Diz respeito sobretudo aos pequeninos, claro, mas também aos adultos. Vacinas são fundamentais na infância porque dotam o organismo de mecanismos de defesa na época em que se dão os primeiros contatos com os causadores de doenças, como o vírus e bactérias.

Vacinas são fundamentais também para prevenir doenças na terceira idade (depois dos 60 anos), porque, com a melhoria das condições de vida, felizmente se vive cada vez mais. O número de pessoas nessa etapa vem aumentando, o que cria a necessidade de imunização com vacinas adequadas a essa faixa etária, para que os idosos tenham uma velhice mais saudável.

Já as pessoas da terceira idade precisam se proteger pelo menos das infecções produzidas pelo vírus influenza (o da gripe) e pelo pneumococo. Esse é o principal agente causador, em idosos, de pneumonia e doenças bacterêmicas, ou seja, as que levam à disseminação do pneumococo pelo organismo. Pesquisas realizadas em países do Primeiro Mundo mostram que, nas estações frias, aumenta o número de mortes de idosos por gripe e suas complicações, incluindo a pneumonia.

O vírus influenza em si quase não mata, mas causa uma infecção grave para o idoso, a gripe, que deteriora a barreira de defesa da mucosa brônquio e facilita a entrada de microorganismos, entre eles o pneumococo.

Ela é indicada também a todos os que sofrem de doenças crônicas pulmonares, cardíacas e metabólicas, como diabetes, pois são mais suscetíveis a pegar infecção pela ação do vírus influenza.

A justificativa técnica consta nas recomendações para vacinação do idoso no Conselho Federal de Medicina de setembro/97. Tais medidas já foram efetivadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Esta é a intenção de nossa proposição, para a qual confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 399/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a "Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio - ACICP", a permutar o lote urbano nº 159, quadra 17 da planta geral do Município de Cornélio Procópio, conforme Escritura Pública de Doação lavrada em 25.06.85, em notas do 3º Tabelião da Cidade de Curitiba e

devidamente registrada sob o nº R-1 e Avenida 2, na Matrícula 4547 - Livro 2-W, de Registro Geral do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procópio.

Art. 2º - O imóvel a ser permutado ficará liberado das cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Desde os primórdios de sua criação até os dias atuais, a “Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio-ACICP” tem-se primado no desenvolvimento de atividades voltadas para a comunidade procopense, mormente para o setor produtivo por excelência: indústria, comércio e agricultura. Entre os serviços que constam de suas finalidade e que são por ela diuturna e rotineiramente executados, podemos citar: SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) com projetada interligação “on line” com os demais SCPC’s do Estado, convênio com o SERASA, visando a manutenção do AC-CHEQUE ou PROTECHEQUE, mediante o qual são repassadas informações de inadimplentes pessoas físicas e pessoas jurídicas (cheques sem fundos), e o CONCENTRE, que presta informações atualizadas de empresas junto aos Cartórios de Protestos, tudo com o escopo maior de resguardar os interesses empresariais ante possíveis negociações com pessoas inidôneas. Além desses serviços de rotina a “Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio” desenvolve periodicamente outros, de cunho promocional, como distribuição de prêmios em parceria com órgãos da administração pública municipal, o que gera intensa movimentação e grande expectativa de incremento das atividades mercantis locais. Vale-se salientar aqui a realização da já tradicional FEICOM - Feira do Consumidor, que estimula as vendas comerciais, atraindo consumidores de uma vasta região adjacente.

Os enunciados objetivos da “Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio” entre outros são sobejamente conhecidos da população procopense, como o foram no passado, e merecem os mais efusivos encômios de todos quanto, direta ou indiretamente, deles usufruem ou com eles se interligam na busca comum dos interesses econômicos e sociais. E foi com base nesse entendimento, que o Poder Público Estadual houve por bem reconhecer o labor desta entidade empresarial procopense, agradecendo-a com a doação do lote de terreno

urbano número 159, quadra 17, da planta geral da Cidade de Cornélio Procópio, a fim de que no mesmo fossem feitas edificações que melhor instrumentassem o trabalho associativo, conforme Escritura Pública de Doação lavrada em 25.06.85, em notas do 3º Tabelião da Cidade de Curitiba e devidamente registrada sob o número R-1 e Avenida 2, na Matrícula 4547 - Livro 2-W, de Registro Geral, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procópio.

Ocorre, que em razão das poucas disponibilidades financeiras, a “Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio” não pode, até a presente data, realizar construções no aludido terreno, havendo, contudo, interesse e perspectivas concretas de poder permutá-lo por outro imóvel já construído e que atende perfeitamente aos interesses preconizados no instrumento de doação retro citado. Porém, tal permuta vê-se obstaculizada pelas cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, inseridas na escritura pré-falada.

A proposição de nossa iniciativa pretende corresponder a este anseio, mas também necessidade da comunidade procopense, para o que confiamos poder contar com o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N 400/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

O Artigo 1º da Lei nº 12.304/98 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o “Projeto Plantão Sorriso”, que atua no Hospital Universitário com sede e foro em Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os integrantes do “Projeto Plantão Sorriso”, atuam junto a crianças enfermas no Hospital Universitário, porém este trabalho é extenso aos demais hospitais e clínicas do Município de Londrina.

PROJETO DE LEI N° 401/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Esporte Clube Bacacheri, com foro e sede no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Esporte Clube Bacacheri, fundado em 30 de setembro de 1974, no Município de Curitiba, onde tem sua sede na Rua Ludovico Geronasso nº 805, no Bairro Bacacheri, é uma Entidade Civil, que exerce suas atividades estatutárias sem finalidade econômica, política ou religiosa, destinando-se a desenvolver atividades sociais, de cultura física, prática de esportes amadores em geral, recreativas e culturais que estimulem a união entre os seus associados, bem como a prática de assistência social, auxiliando as instituições assistenciais no desenvolvimento dos seus trabalhos em prol de pessoas necessitadas, de crianças desamparadas e órfãs e dos idosos. Promove encontros com creches de nosso Município e municípios vizinhos, beneficiando muitas crianças. Mantém uma Escolinha de Futebol para crianças de rua, de 8 a 15 anos, funcionando 03 (três) vezes por semana, além de colocar à disposição da Secretaria Municipal de Esportes sua sede para eventos da mesma, sem Ônus de qualquer natureza.

Diante do exposto e conforme documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 402/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Pesca e Desportos Subaquáticos, com foro e sede no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Pesca e Desportos Subaquáticos, fundada em 03 de agosto de 1989, no Município de Curitiba, onde tem sua sede na Rua de Rondônia nº 75, no Bairro do Guabirotuba, é

uma Entidade Estadual de Direção dos Desportos, sendo caracterizada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com fins desportivo amadorista, educacionais e filantrópicos. Tem por finalidade: dirigir, proteger e incentivar a Pesca Amadora e Lançamento (Casting) no Estado do Paraná, bem como as atividades amadoras a seguir relacionadas: Caça Subaquática, Natação Equipada, Orientação Subaquática, Rugby Subaquático, Hockey Subaquático, Tiro-ao-Alvo Subaquático, Foto e Vídeo e demais atividades correlacionadas que vierem a ser criadas e dirigidas pela Confederação Brasileira de Pesca e Desportos Subaquáticos - CBPDS, à qual a Federação é filiada: promover Campeonatos e Torneios desportivos; cumprir e fazer cumprir os mandamentos originários da CBPDS; expedir aos filiados com força de mandamentos, ressalvada a competência da CBPDS, os códigos regulamentos, regimentos, resoluções e circulares, instruções ou outros quaisquer atos necessários à organização, ao funcionamento e à disciplina do desporto praticado por seus filiados; aplicar medidas disciplinares e penalidades pela inobservância de normas estatutárias, regulamentares e legais; interceder perante os poderes públicos em defesa de pessoas físicas e jurídicas sujeitas à sua jurisdição; representar e fiscalizar os desportos sob sua jurisdição em qualquer atividade de cunho nacional e praticar, no exercício da direção Estadual dos desportos que lhe cumpre dirigir no Estado, todos os atos necessários à realização dos seus fins.

Diante do exposto e conforme documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 403/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunidade Cristã Pato Branco, com sede e foro à rua Guarani, nº 1209, em Pato Branco-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de maio de 1.991, a Associação Comunidade Cristã de Pato Branco, desen-

volve um trabalho voluntário buscando promover o bem coletivo em âmbito emocional e espiritual.

Suas principais atividades são desenvolvidas com vistas voltadas à recuperação de drogados e alcoólicos, pessoas carentes, atendimentos a casais e jovens, aconselhamento e ação a depressivos, além de um trabalho com crianças e adolescentes, visando o encaminhamento aos estudos e a uma profissão, com o complemento da educação infantil.

Mantém, ainda, uma Escola de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, e, uma Escola Musical, a partir deste ano de 1998.

Exerce o atendimento social, através da distribuição de cestas básicas, partindo de um cadastro que mantém atualizado.

O conjunto dessas atividades é realizado por todos os participantes da Associação Comunidade Cristã, a qual se mantém financeiramente através de doações e colaborações espontâneas.

A Associação Comunidade Cristã de Pato Branco tem trabalhado com o objetivo de situar o indivíduo em seu tempo e seu espaço, contextualizando na vida econômica e social dos nossos dias e procura por isso fazer a sua parte para o encaminhamento desse indivíduo como cidadão brasileiro.

Por se tratar de uma associação sem fins lucrativos e com as ações voltadas totalmente para o social, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, visando sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 404/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da Agricultura Familiar, no Estado do Paraná

Art. 2º - Entende-se por elaboração de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, o processo utilizado na obtenção de produtos que mantêm características tradicionais, culturais ou regionais, produzidos em pequena escala.

§ 1º - São considerados passíveis de beneficiamento e elaboração de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, as seguintes matérias primas, sem derivados e subprodutos:

- I - carnes;
- II - leite;
- III - ovos;
- IV - produtos apícolas;
- V - peixes, crustáceos e moluscos;
- VI - microorganismos;
- VII - frutas e hortaliças;
- VIII - cereais;

IX - outros produtos de origem animal e vegetação comestíveis.

§ 2º - A produção agroartesanar define-se pelos seguintes limites de processamento e embalagem de matéria-prima anuais:

a) até 20 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de grande porte.

b) até 50 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de médio porte.

c) até 120 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de animais de pequeno porte.

d) até 72 mil litros para produtor individual, quando a matéria-prima for o leite.

e) até 30 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos.

f) até 50 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for originária de frutas e hortaliças, incluindo a matéria-prima utilizada para elaboração de açúcar mascavo, rapadura.

g) até 5 toneladas para produtor individual, quando a matéria-prima for oriunda da apicultura.

h) até 20 toneladas para produtor individual, para produção de massas, pães, doces e salgados.

i) até 52 mil dúzias por produtor individual, quando a matéria-prima for ovos.

§ 3º - O volume máximo de matéria-prima a ser processado e embalado manualmente por estabelecimento agroartesanar, que atue de forma coletiva, deverá corresponder a somatória do volume por produtor, desde que não exceda a cinco vezes o limite individual.

§ 4º - Os produtos de que trata este artigo poderão ser comercializados em todo Estado do Paraná, cumpridos os requisitos da lei.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde poderão conveniar-se com os municípios que possuam ou tenham acesso à estrutura técnica e laboratorial, bem como com entidades públicas que preencham as condições adequadas à execução das tarefas para a inspeção e funcionamento de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos, visando a garantia dos aspectos de sanidade e controle de qualidade dos produtos processados e embalados nos estabelecimentos abrangidos por esta lei.

§ 1º - Compete a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou à Secretaria de Estado da Saúde, o acompanhamento e a fiscalização das atividades inerentes aos convênios firmados com os municípios e entidades públicas, podendo

ser cancelados quando não atenderem aos requisitos desta lei.

§ 2º - As prefeituras municipais e entidades públicas que possuam ou tenham acesso às estruturas técnica e laboratorial, poderão solicitar convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com o "caput" deste artigo.

Art. 5º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanal de produtos de origem animal e vegetal deverá registrar-se junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria de Estado da Saúde, mediante formalização de pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - requerimento, dirigido à Secretaria de Estado da Agricultura e/ou Secretaria de Estado da Saúde, solicitando registro e serviço de inspeção;

II - inscrição de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda ou registro de Cadastro de Contribuinte do ICMS para pessoa jurídica (associações, cooperativas, empresas);

III - a apresentação de boletim oficial de exame de água a ser utilizada por estabelecimento processador e embalador agroartesanal, cuja característica deve se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos determinados pelo órgão oficial responsável.

a) Quando os resultados das análises da água estiverem fora dos padrões considerados desejáveis pelo órgão oficial responsável, impõe-se novo exame de confirmação de antes de condená-la.

IV - apresentação de croqui de localização do estabelecimento, o qual não poderá transgredir o Plano Diretor do Município e que não cause problemas de poluição ambiental de acordo com as normas do órgãos de defesa do meio ambiente.

V - As instalações para estabelecimento processador e embalador agroartesanal deve estar de acordo com a produção, apresentando construções e equipamentos compatíveis com o volume de produção, respeitando um fluxograma operacional racionalizado, de modo a facilitar os trabalhos de produção, de inspeção e de higienização.

Art. 6º - Não há obrigatoriedade do estabelecimento processador e embalador possuir responsável técnico, no entanto, caso possua, este poderá, desde que credenciado pela Secretaria de Estado do Abastecimento e/ou da Secretaria do Estado da Saúde, executar o serviço de inspeção.

Art. 7º - O estabelecimento processador e embalador agroartesanal de produtos de origem animal e vegetal manterá livro oficial onde serão registradas as informações, recomendações e visitas

do serviço de inspeção, objetivando o controle da produção.

Parágrafo Único - O serviço de inspeção poderá estabelecer a seu critério, as análises rotineiras para cada produto processado sem ônus para os produtores e/ou proprietários de estabelecimentos processadores e embaladores agroartesanaís, bem como coletar novas amostras e repetir as análises que julgar convenientes.

Art. 8º - O estabelecimento de processamento e embalagem de produtos de origem animal e vegetal manterá em arquivo próprio sistema de controle que permita confrontar, em quantidade e qualidade, o produto processado com o lote que lhe deu origem.

Art. 9º - O controle de rebanhos e de produtos que geram a matéria-prima para a produção agroartesanal é obrigatório e deverá seguir orientações oficiais de defesa sanitária animal do Estado do Paraná.

Art. 10 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua qualidade.

Art. 11 - A embalagem do produto agroartesanal de origem animal ou vegetal deverá ser produzida por empresa credenciada junto ao Ministério de Saúde e o rótulo conter todas as informações preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, indicando que é produtor agroartesanal com a inscrição junto ao órgão competente.

Parágrafo Único - Quando a granel, 000s produtos de origem vegetal serão expostos ao consumidor acompanhados de folhetos e cartazes, contendo as informações previstas no "Caput" deste artigo; os demais produtos obedecerão à legislação vigente.

Art. 12 - A caracterização de qualquer tipo de fraude, infração ou descumprimento desta lei, sujeitará o infrator às sanções previstas em lei.

Art. 13 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo dispor sobre normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal no Estado do Paraná, dotando a lei de outras providências.

Este projeto é fruto das reuniões técnicas realizadas entre 10 entidades sobre a agroindustrialização e com base nos pontos críticos, principalmente a duplicidade/confusão dos diferentes órgãos no sistema de inspeção e vigilância sanitária durante as etapas de produção, processamento e mercado, estipulando a competência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e/ou Secretaria da Saúde para efetuar a fiscalização.

O projeto pretende facilitar a elaboração de produtos agroartesanais diminuindo as dificuldades estruturais hoje enfrentadas pelos agricultores. Estabelece que a responsabilidade frente ao consumidor caberá ao produtor. Acreditam, os parlamentares que assinam o projeto, na necessidade de se mudar as regras da agroindústria em pequena escala, para criar alternativas de renda e de utilização de mão-de-obra da família, implantando ações integradas com as instituições que estão com as vistas voltadas para as soluções nas áreas de agropecuária sanitária tributária, gerencial, ambiental e de comercialização.

De outro lado, também se preocupa com a saúde do consumidor, pois obriga os produtores a adoção de normas de higienização, conservação do produto levado ao público, entre outras. Vale notar que hoje a situação dos referidos produtores é caótica e preocupante, ficando sempre apreensivos com a citada duplicidade da fiscalização e a falta de uma melhor orientação por parte dos órgãos técnicos estaduais.

O resultado da transformação pela agroindústria familiar de qualquer uma das seguintes matérias-primas: de origem animal, vegetal e solo, areia, argila ou pedra, ex-=-traída, produzida, cultivada ou criada na propriedade, através de tecnologias existentes e adequadas ao seu empreendimento, obedecidos os requisitos sanitários e tributários pertinentes à conservação do meio ambiente e à saúde dos consumidores, deverá ser identificado como produto agroartesanal, bem como sua origem e procedência.

Quem é o produtor agroartesanal? É aquele que reside na pequena propriedade, cultiva, extrai, cria e industrializa a matéria-prima explorando com sua família a propriedade agroartesanal, sem usar mão-de-obra contratada permanente e está devidamente inscrito no programa recebendo assistência técnica.

E é para beneficiar este proprietário que estamos propondo o presente projeto de lei, onde estando em pleno gozo de seus direitos, após passar pelas normas sanitárias para a elaboração e comercialização dos produtos artesanais de origem ani-

mal e vegetal, poderão estar habilitados a competir no mercado.

Cumpra observar que o presente projeto de lei insere-se num contexto da realidade agrícola do Estado, que tem como principal protagonista o produtor artesanal. Por estas razões propomos que o conjunto dos agricultores tenham condições de produzir os produtos agroartesanais, para atender um mercado consumidor, cada vez mais exigente, oferecendo ao produtor a oportunidade de agregar novas rendas, ampliando postos de trabalho no campo e aumentando a diversidade de oferta de produtos, de qualidade em seus aspectos nutricionais e de apresentação.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passado o pleito eleitoral, queremos cumprimentar todos os Senhores Deputados reeleitos e também aqueles que não conseguiram a reeleição, bem como esses que pela primeira vez aqui estarão representando o povo do Paraná.

Quero testemunhar que, durante essa legislatura, os cinqüenta e três Senhores Deputados, amigos desta Casa indistintamente de cor partidária, sempre tivemos na totalidade dos Parlamentares, um convívio fraterno, amigo, sincero e, principalmente, voltado ao interesse da família do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que desejo é alertar e pedir a esta Casa, através de um Requerimento, a participação da imprensa falada, escrita, televisada do nosso Estado, as forças vivas do Paraná, a Associação Comercial e Industrial, a FIESP, enfim, todos os segmentos para que não tenhamos aquilo que foi descrito no laudo pericial feito através das duzentas milhas do nosso mar territorial do Paraná. Esse laudo fez com que o Paraná fosse alojado através de uma linha divisória daqueles poços petrolíferos da nossa baía, na divisa com Santa Catarina. Briga essa que vem desde 1.988, levantada neste Parlamento, sustentada por ilustres Deputados como o Deputado Orlando Pesutti que, naquela oportunidade já antevia que, procuraríamos dentro das formas e medidas legais cabíveis, defender a integridade do nosso Estado e, principalmente as reservas, nesse caso o petróleo, para que ficasse em solo paranaense. Foi assim que a imprensa, particularmente a TV Paranaense - Canal 12, Dr. Francisco Cunha Pereira encampou, juntamente com Paulo Cruz Pimentel e outros órgãos de comunicação essa briga paranista em ter-

mos nacionais, principalmente, naquela linha divisória do limite São Paulo Paraná e Santa Catarina. E, agora quando esse laudo, entregue por um perito que não é do nosso Estado, não é de Santa Catarina, não é de São Paulo e sim de Minas Gerais está sendo contestado, nós haveremos de fazer com que a representação política nossa em Brasília, nós do Paraná, na força viva do nosso Estado e através do nosso Governador não possa fazer com que aquele laudo inicial fosse mudado por esse perito e tirasse do Paraná essa reserva que nos dará muitos royalties, sentido de desenvolvimento em todos os segmentos da sociedade. Basta isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós mudemos e ficássemos naquele laudo original aonde a linha pela qual já é a divisão que foi contestada por Santa Catarina e agora nessa peritagem, que foi atribuída a Santa Catarina, aquela divisão da linha, desviando ela um pouco mais a esquerda, ficássemos nós, realmente, na condição pela qual fosse determinada a veracidade daquilo que já foi estampado, ou seja, a linha original determinada naquela peritagem feita já em 1988, quando foi contestado. Agora, para infelicidade nossa foi mudado.

Mas acreditamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados que haveremos de retomar à linha original e dar ao Paraná o que realmente é dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Não há Oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem Oradores inscritos no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças. PL, PSB, PSDB, PDT, PTB, PPB, PT.

(Declinaram).

PMDB com a palavra: Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, inicialmente quero agradecer a todo esse Parlamento pela solidariedade e pelas manifestações de apoio e trabalho que tivemos ao longo desses três anos e nove meses, na Assembléia Legislativa, que certamente permitiram que conquistássemos o direito de continuar aqui como Deputado Estadual, para mais um mandato.

Cumprimentar a todos aqueles companheiros que conosco estiveram nesse embate eleitoral participando das mais diferentes siglas partidárias, das mais diferentes coligações, cada um a seu modo, a seu jeito, com as suas condições, buscando obter o voto e conquistar o mandato.

Aos que aqui retornam o meu abraço e a certeza de que juntos continuaremos essa nossa

marcha em favor do Estado do Paraná, na defesa dos interesses do povo do nosso Estado.

Aqueles que, porventura, momentaneamente deixam de comparecer a esta Assembléia na condição de Deputado a partir de fevereiro do ano que vem, recebam todos os meus cumprimentos e a minha solidariedade e a certeza de que esta ausência é apenas uma ausência temporária. Porque todos eles, aqueles que não retornam para o próximo pleito demonstraram nesta Casa, serem pessoas capazes, serem pessoas que têm compromisso com a história e o futuro deste Estado, serem pessoas que têm compromisso com os interesses do povo paranaense.

A todos que se elegeram, a todos que não se elegeram, nossos cumprimentos, nossa solidariedade e a certeza de que juntos prosseguiremos nessa caminhada como homens públicos em defesa do Estado do Paraná e de seu povo.

Quero também me somar a manifestação que fez da tribuna o Deputado Luiz Carlos Zuk. Nós, Parlamentares Estaduais do Estado do Paraná, temos que estar atentos àquilo que vem acontecendo em nosso Estado. Não podemos, em momento algum, nos descuidarmos de assuntos que interessem ao Estado do Paraná.

Vejam os nobres companheiros, que em 1988 quando se escreveu a Constituição Federal, talvez por falta de uma organização maior, por falta de um entendimento maior dos nossos Deputados Estaduais e Federais foi colocado na Constituição, lá no artigo 155 a Imunidade Tributária para venda de energia elétrica de um estado para o outro.

Isso representa para todos nós, que a energia elétrica produzida por ITAIPU e outras usinas hidrelétricas instaladas no Estado do Paraná, mas cujo destino da energia elétrica é o Estado de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outros estados da Região Sudeste. Toda essa energia sai do Paraná sem deixar um centavo sequer de ICMS.

O mesmo problema tivemos quando se votou a lei que obteve o nome de Lei Candir, que retirou o ICMS dos produtos agropecuários e dos produtos semielaborados na exportação, o que sem sombra de dúvida vem de encontro ao interesse dos produtores rurais, mas que, certamente, veio a prejudicar terrivelmente a arrecadação do Estado do Paraná. Porque a fórmula adotada pelo Governo Federal de compensação desses valores perdidos, não corresponde, não compensa à altura os valores que o Estado do Paraná deixou de arrecadar. Mais uma vez faltou, talvez, a nós, um trabalho organizado, um trabalho orquestrado, um trabalho forte em defesa dos interesses do Paraná.

E agora estamos na eminência de perder para Santa Catarina o direito aos royalties do poço de exploração de gás situado no Litoral paranaense e

que esta demanda já está nos tribunais há alguns anos. O Paraná em algumas instâncias saiu vencedor, mas corre o risco, agora, de perder o direito ao recebimento dos royalties em cima de um laudo pericial feito por um perito lá de Minas Gerais.

Então, mais uma vez, o Paraná tem que se levantar, mais uma vez o Paraná tem que levantar a sua voz através das lideranças políticas, empresariais, comerciais, através das nossas lideranças do setor de comunicação: televisão, rádio e jornais para que possamos fazer a pressão necessária junto ao Congresso Nacional, junto ao Governo Federal e aos Tribunais Federais no sentido de mantermos aquilo que já é nosso por tradição, por aspectos geográficos, por aspectos territoriais, que é o direito de recebermos os royalties do poço de gás que está sendo explorado pela Petrobrás na plataforma paranaense.

Temos que nos cuidar porque estamos, agora, fazendo uma luta terrível para que o Paraná possa receber o gás que vem da Bolívia através de um ramal que sairia de Bauru e entraria no Paraná por Londrina. Coisa que poderia ter sido negociado, previamente, sem que tivéssemos que fazer o trabalho e o esforço que estamos fazendo agora. E com o poço de gás que já está em exploração, que já paga royalties ao Paraná, se não tivermos cuidado, se não tivermos um trabalho suprapartidário em defesa do Paraná, corremos o risco de perder, sim, este benefício que hoje tão significativo é para as finanças do Paraná.

Portanto, Senhores Deputados, vamos mais um vez unidos, lutar pelo interesse do povo paranaense. Vamos nos organizar, vamos providenciar os documentos necessários e vamos a Brasília - se for o caso, para defender os interesses do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, que instituiu a Agência de Desenvolvimento Paraná S.A. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. Apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.ª Discussão. Emenda Substitutiva **Aprovada.**
Projeto **Aprovado.**

ITEM 02

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Cruz de Monte Castelo. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao apresentador de televisão Fausto Prudente Correia Pereira Silva - Faustão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Professores de Ubatã, com sede e foro na cidade de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar do Menor Dom Bosco do Município de Ubatã. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA DA C.C.J. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1574, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1551, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1552, 1578 e 1579, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1557 e 1560, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1558 de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata.)

Requerimento nº 1559, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1573 e 1583, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1582 e 1590, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1584, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1588 e 1589, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/98.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 488, 490, 515/97, 036, 121 e 266/98.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO À REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 1998.

“TV Paranaense ganha Prêmio Nacional”

Diário Popular

Perto de completar 38 anos, a empresa tem buscado sempre qualidade jornalística.

A TV Paranaense de Curitiba acaba de ser escolhida como a melhor empresa do setor de comunicações do Brasil e irá receber o “Prêmio Desempenho de 1998”, conferido pela Fundação Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos, com sede na Bahia. A premiação acontece há 15 anos e com ela a instituição homenageia as maiores e melhores empresas que obtiveram bons resultados no segmento de atividades em que se encontram.

Perto de completar 38 anos de atuação, a TV Paranaense, sob a competente administração do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, tem como marca registrada o pioneirismo. A emissora foi a primeira a se instalar no Estado, a operar com vídeo-tape, a empregar equipamentos portáteis de VT e a transmitir em cores. Em sua trajetória tem acompanhado os avanços tecnológicos do setor de comunicações e buscando sempre a qualidade jornalística.

Afilhada da Rede Globo, a TV Paranaense também está integrada à Rede Paranaense de Televisão, juntamente com a TV Cultura de Maringá, TV Coroados de Londrina, TV Cataratas de Foz do Iguaçu, TV Esplanada de Ponta Grossa e Rádio e Televisão Imagem de Paranavaí.

Esta é a segunda vez que a TV Paranaense recebe a premiação do Instituto Miguel Calmon. A emissora já foi agraciada com o título de Maior do Paraná e Melhor do Sul do Brasil. Ainda fazem parte de seu portfólio, os prêmios “Maiores e Melhores” da Revista Exame, Top of Mind da Revista Amanhã e diversos concursos por desempenho promovidos pela Rede Globo, além de outras premiações regionais e nacionais.

HISTÓRIA

Em 29 de outubro de 1960, nascia pelas mãos de Nagib Chede a TV Paranaense. Da pequena sala no edifício Garcez, quando operava no Canal 10 com uma pequena câmara RCA às atuais instalações no Castelo do Batel, a emissora fez história nos meios jornalísticos e empresarial. Quando estava instalada na Rua Emiliano Perneta, a emissora transmitia durante apenas duas horas por noite, com programação totalmente ao vivo.

Três anos depois, adquiriu modernos aparelhos de gravação em vídeo-tape. Mas foi a partir de 1972, que a televisão passou a consolidar sua imagem junto à comunidade paranaense. As cores começaram a invadir a telinha e o Canal 12 mudou-se para novo endereço o castelo do ex-governador Moisés Lupion, no Batel.

Na esteira da televisão colorida, a emissora investiu em tecnologia, adquirindo equipamentos, torre, antena, transmissor, mesa de cortes, vídeo-tape, câmaras, telecine. E veiculou seu primeiro comercial: a Campanha Sugismundo, produzida pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República. Em 1974, a TV Paranaense se integrou ao Sistema Brasileiro de Televisão (Sibratel) e anos depois se afiliou à Rede Globo.

De acordo com pesquisa do IBOPE, no horário nobre, as emissoras que compõe a Rede Paranaense de Televisão têm um "share" médio de 72% de audiência.

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 83/98

mandar retificar o nome da funcionária MARIA ELISA REBELLO BORGES, mat. 606, ocupante do cargo de Taquígrafo nível 63, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, em todos os assentos funcionais, que por força de sentença proferida pelo juízo de direito da 1ª Vara de Família da Comarca de Curitiba e transitada em julgado em 15.06.98, passou a chamar-se MARIA ELISA REBELLO.

(Prot. nº 8610/98)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.09.98.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 212/98

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA, matrícula nº 600, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1.995, e conforme o inciso XXVII, do artigo 40, do regulamento do imposto de renda contido no Decreto Federal nº 1.041, de 11 de janeiro de 1.994, combinado com o parágrafo 2º do artigo 30 da citada Lei Federal de nº 9.250/95.

(Prot. nº 4843/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 213/98

conceder, a DOROTÉIA TKATCHUK, matrícula nº 40.140, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, prestando serviços na Coordenadoria de Protocolo, licença de três (03) meses, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei de nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1.992 e 21 de dezembro de 1.997.

(Prot. nº 6217/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.08.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 214/98

prover, JEFERSON CARDOSO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da Presidência deste Poder, a partir de 1º de setembro de 1.998, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 215/98

prover, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico deste Poder, a partir de 1º de setembro de 1.988, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 216/98

I - exonerar, a pedido, JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - exonerar, a pedido, FRANCISCO FERNANDES ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de setembro de 1998;

III - prover, FRANCISCO FERNANDES ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de setembro de 1998;

IV - prover, JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1,

do Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nº 8167)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.09.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 217/98

I - prover, JUSSARA TRENTTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Paulo Gorski, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - prover, PAULO DILETO BEBBER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Paulo Gorski, a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nº 8233)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.09.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 218/98

I - exonerar, a pedido, LILIANE WUNDERLICH VIEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - prover, GERSON MURILLO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de setembro de 1998;

III - exonerar, a pedido, SÔNIA MARA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de setembro de 1998;

IV - prover, MARILUCE PIRES SANT’ANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nºs 8420 e 8421)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 219/98

I - exonerar, a pedido, ANA CLÁUDIA THUM, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Governo deste Poder, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - prover, LILIANE WUNDERLICH VIEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do Governo deste Poder, a partir de 1º de setembro de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 8422)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.09.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 220/98

I - exonerar, a pedido, VIVIAN KELLY STOCHI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - prover, WILLIAN ROBERTO DE SOUZA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3 do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nº 8424)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.09.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 221/98

I - exonerar, a pedido, MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - prover, LUIZ SÉRGIO CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nº 8546)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.09.98

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 222/98

I - exonerar, a pedido, ORLANDO CÉSAR SERAFIM, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - prover, APARECIDA NASCIMENTO GUEDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nº 8596)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 223/98

prover, ODETE NOÊMIA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de agosto de 1998.

(Prot. nº 8604)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 14.09.98

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/98

I - exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - prover, SANDRO NEVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nº 8684)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/98

I - exonerar, a pedido, EVANDRO JOSÉ DA CRUZ DE ARAÚJO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de setembro de 1998;

II - exonerar, a pedido, ISRAEL PINHEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de setembro de 1998;

III - prover, EVANDRO JOSÉ DA CRUZ DE ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de setembro de 1998;

IV - prover, ISRAEL PINHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de setembro de 1998.

(Prot. nº 8708)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.09.98

ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário